

Nota pública do CONSUNI-UFRJ contra a criminalização da pesquisa antropológica por parte da CPI da FUNAI e do INCRA

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro solidariza-se com os indígenas, quilombolas assentados rurais, ativistas, missionários, procuradores da República e, antropólogos, dentre os quais alunos e ex-alunos da do Museu Nacional/UFRJ, que se acham citados para indiciamento no relatório da “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar fatos relativos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)”. Juntamo-nos assim ao protesto de diversas outras entidades comprometidas com os direitos humanos e com a defesa da legalidade, contra essa peça retórica, que promove e articula uma campanha de difamação e de perseguição às pessoas que acusa, criminalizando-as, invadindo a sua privacidade, divulgando suas fotografias e expondo-as à execração pública.

Repudiamos a tentativa de criminalização da prática cientificamente fundada da perícia antropológica nos processos de reconhecimento de direitos de quaisquer espécies, que se pauta na legislação vigente e em sólidas tradições de pesquisa desenvolvidas no Brasil e amplamente reconhecidas mundo afora. Reafirmamos que o trabalho etnográfico desenvolvido por tais estudantes e profissionais da Antropologia, sob ameaça de violências e cerceamentos praticados por particulares assim como de arbitrariedades perpetradas por autoridades locais, prima pela seriedade e competência e serão por nós apoiados em suas atividades de pesquisa científica. Urgimos os poderes da República a rechaçarem essa investida orquestrada contra os direitos assegurados pela Constituição de 1988 e por legislação posterior, peças fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, democrática e equânime no Brasil.

(Moção apresentada pelo PPGAS-MN-UFRJ, aprovada pelo Museu Nacional e pelo Conselho do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, e aprovada no CONSUNI em 11 de maio de 2017)